

Ataques ao SUS e as consequências nefastas à saúde dos cidadãos brasileiros

Augusto Cesar Costa Cardoso

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, Bahia, Brasil. augustocardoso@bahiana.edu.br

Este editorial é consequência da indignação daqueles que acreditam na reforma sanitária brasileira e que, apesar dos percalços do Sistema Único de Saúde (SUS), não aceitam os ataques proferidos a este jovem sistema de saúde, nos últimos dois anos, com o objetivo explícito de privatizar a saúde e excluir a maioria dos cidadãos brasileiros do acesso a serviços de saúde nos níveis de atenção primária, secundária e terciária.

Neste espaço destacarei dois dos principais pontos da tentativa de desmonte do SUS: em primeiro lugar a constatação de que a entrada em vigor dos dispositivos da Emenda Constitucional 95 limita os gastos da União pelos próximos 20 anos, impactando profundamente no modelo de atenção primária baseado na Saúde da Família como eixo assistencial, com possível reversão do modelo centrado na territorialização, em ações individuais e coletivas, além de ênfase na prevenção para uma demanda espontânea centrada na doença, através de práticas, exclusivamente, individuais e curativas.

Em segundo lugar vale a ressalva de que a proposta de revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em pauta desde 2017 preten-

de reverter o planejamento estratégico iniciado desde a década de 90, do século passado, quando da criação dos programas de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e de Saúde da Família (PSF), ambos focados na ampliação da atenção primária em saúde, com resolutividade de até 80% dos problemas e com o intuito de viabilizar o acesso a saúde em todos os municípios do país. Os avanços observados, desde 2006, com a Estratégia Saúde da Família, além da Política Nacional de Promoção de Saúde, do Pacto pela Saúde e da citada PNAB representam não somente a inclusão de grande parcela da população brasileira aos serviços de saúde, mas de melhorias significativas, reconhecidas pela OMS e evidenciadas através de muitos indicadores de saúde.

Por fim, a lembrança de que o setor privado é responsável pelo gasto de muitos recursos públicos, em um país com baixo financiamento no setor saúde, para prestar um atendimento nem sempre adequado a, aproximadamente, 25% da população brasileira que tem seguro ou plano de saúde privado, acessando os serviços de forma onerosa, quando já existe doença, tão-somente nos níveis secundários e terciários de atenção.